VIEIRA ENTRE A DIPLOMACIA E A MISSIONAÇÃO: O PERCURSO DE UMA EXPERIÊNCIA

Hadassa Melo*

O objetivo do presente artigo é refletir sobre a experiência do padre António Vieira no contexto do século XVII, notadamente no que se refere à sua atuação enquanto diplomata na corte portuguesa, durante a década de 40, e como missionário no Estado do Maranhão e Grão-Pará¹, dez anos depois. Essa reflexão nos ajuda a entender o que representava o padre Vieira para os ditames que ocorreram neste século de grandes transformações para a história de Portugal, bem como para a história escrita a partir do contato entre Portugal e Brasil.

Procurar entender o percurso da experiência vieirina no reino português nos idos do século em questão, num plano mais amplo, revela-nos um pouco sobre o seu mundo, sobre a relação diplomática que empreendeu em nome de El-Rei, indicando a situação política e/ou econômica (e por isso social) de Portugal, por exemplo. Numa outra perspectiva, procurando perceber as miudezas, o estudo dos processos históricos, experienciados pela nossa personagem, ajuda-nos, entre outras possibilidades, a entender o tom de sua fala, seus posicionamentos e práticas cotidianas que norteiam os discursos, ou melhor, a busca pela legitimação dessas práticas a partir do discurso sagrado, que é, por sua vez, político. Nesse estudo, portanto, evidencia-se uma relação fluxo/refluxo, que, inclusive, não pode ser percebida unilateralmente. Trata-se de perceber Vieira para compreender o contexto, entender os processos históricos para alcançá-lo.

A década de 1640 inaugurou um novo momento para a política portuguesa internacional. É por esse tempo que Portugal recuperou a autonomia da sua Coroa, que foi anexada por Castela², em 1580. Nessa época, o eixo central da atuação de Vieira responde ao tema da conservação do reino. Resistir a um inimigo tão grande quanto Castela não era tarefa fácil para um país em situação financeira difícil, como se achava Portugal, devido aos gastos

* Mestranda do PPGH/UFPB. E-mail: melo.hadassa@hotmail.com.

¹ “Quando nos referimos ao Maranhão, estamos falando do imenso território que começa a noroeste da capitania do Ceará, onde encontrava termo a ocupação efetiva do espaço pelo Império português, e vai até a desconhecida divisa com o Vice-Reinado do Peru. (...) Em dias de hoje, o Maranhão corresponderia aos Estados que compõem a chamada Amazônia legal (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Tocantins) e mais os atuais Piauí, Maranhão e, por vezes, o Ceará, muito embora essa transposição para dias atuais seja bastante pobre em termos descritivos. Na prática, o Maranhão terminava até onde alcançavam os interesses privados dos grupos lusos pernambucanos que fizeram a conquista.” (CARDOZO, 2002: 13-14).

² Utilizamos o termo Castela, pois o trono dos Filipe estava ligado a esta Coroa. Nas fontes do período é possível que se encontre tanto Castela quanto Espanha.

excessivos que a guerra contra os Países Baixos nas Capitâneas do Norte do Estado do Brasil vinha ocasionando. Em suas palavras: “Como se há de sustentar um poderoso exército para resistir às forças de Castela e com que há de refazer este, no caso que se rompa ou diminua?” (VIEIRA *apud* PÉCORA, 2002, p. 263).

Os conflitos com os Países Baixos, por sua vez, iniciaram-se no bojo da chamada União Ibérica, período que compreendeu 1580-1640, quando Portugal e suas colônias estiveram inscritos entre os domínios da Coroa da Espanha. Nessa época, os Países Baixos lutavam pela sua emancipação do Governo espanhol, sendo que, em 1581, foi proclamada a República das Províncias Unidas, com sede em Amsterdã. Esse fato separou os Países Baixos da Espanha, ficando aqueles proibidos de comercializarem com esta, e, em contrapartida, com Portugal, o que afetava diretamente o negócio do açúcar do Brasil, onde os neerlandeses eram tradicionais investidores, no que diz respeito ao comércio e trato açucareiro, e onde possuíam pesadas inversões de capital. Em face dessa restrição, os Países Baixos se voltaram para outra frente comercial, desta feita no Oceano Índico. Em 1602, criaram a Companhia das Índias Orientais (VOC), que detinha o monopólio do comércio oriental, garantindo, assim, a lucratividade da empresa.

Os crescentes lucros obtidos pela VOC levaram os neerlandeses à fundação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), 19 anos depois, ou seja, em 1621. A ela foi concedido, pelos Estados Gerais, o monopólio do tráfico e do comércio de escravos, por 24 anos, na África Ocidental e na América. O maior objetivo da Companhia, entretanto, era retomar o controle do comércio do açúcar produzido no Brasil. É esse o contexto que explicaram as constantes investidas neerlandesas nas Capitâneas do Norte do Estado do Brasil. Retomar o comércio e monopolizar o fabrico do açúcar era de suma importância econômica para a Companhia, financiada por capital privado (Cf. BOXER, 1961).

O caso é que, em Portugal, por ocasião do desenlace com a Espanha a partir de 1640, instalava-se um forte sentimento de nacionalismo. Longe dos mandos da Espanha, o país caminhava para a reorganização política e social. No período da União Ibérica, o centro do poder havia sido transferido para Madrid.

É nesse contexto que tivemos, em seguida, uma série de Sermões, ditos patrióticos (CIDADE, 1980), proclamados pelo padre Vieira, sendo o primeiro deles pregado em 1641³, mesmo ano em que retornou a Portugal, depois de ter deixado seu reino aos seis anos de idade⁴, “no dia de Ano Bom” (CIDADE, 1940, p. 48). Esse Sermão, inclusive, deu a Vieira a condição de Conselheiro Real e, em 1644, de pregador régio.

Como exemplo do tom do discurso de Vieira, após chegar ao reino português, sem que este estivesse sob o jugo da Espanha, demonstrando o aprofundamento de um sentimento de patriotismo que a Restauração de 1640 incitou, citamos o próprio *Sermão dos Bons Anos*, mencionado acima:

Não podia el-rei dom Sebastião ser libertador de Portugal, porque o libertador prometido havia de ser um rei não esperado (...) Da mesma maneira se deu princípio à redenção e restauração de Portugal em tais dias e em tal ano, no celebradíssimo de 40, porque esse era o tempo oportuno decretado por Deus; e não antes, e nem depois como os homens quiseram (...) Parece que os decretos do governo de Portugal, e decretos da Província Divina correm parelhas (quanto pode ser) na sua e na nossa Redenção.

(...) Grande ânimo, valentes soldados, grande confiança, valorosos portugueses que assim como vencestes estes inimigos, assim haveis de vencer todos os demais; que, como são vitórias dadas por Deus, este pouco sangue, que derramastes em fé de seu poderoso braço, é prognóstico certíssimo do muito que haveis de derramar vencedores: não digo sangue de católicos que espero em Deus que se hão de apaixonar muito cedo os nossos competidores, e que vosso valor e em seu desengano, hão de estudar a verdade de nossa justiça; mas sangue de hereges na Europa, sangue de mouros na África, sangue de gentio da Ásia e na América, vencendo e sujeitando todas as partes do mundo a um só império, para toda uma coroa (...) assim o prometem as esperanças. (VIEIRA in PÉCOR, 2001: 381-383)

³ *Sermão dos Bons Anos*, pregado em Lisboa, na Capela Real, a “mais elevada tribuna do tempo... de onde a observação abrange mais largo horizonte e as palavras caem com mais peso, poder penetrante e amplitude de irradiação” (CIDADE, 1940: 48).

⁴ António Vieira Ravasco nasceu a 06 de fevereiro de 1608 “numa casa da rua dos Cónegos, perto da Sé de Lisboa” (CIDADE 1940: 11). Filho de Cristóvão Vieira Ravasco, alentejano, de Moura, e Maria de Azevedo, lisboeta, Vieira parte para o Brasil em 1614 por ocasião da transferência do pai, funcionário da burocracia reinol, onde inicia sua vida religiosa no Colégio dos Jesuítas, na Bahia, “o único foco da vida intelectual no Estado” (AZEVEDO, 2008: 22). Ainda jovem, recebe a incumbência de redigir a *Ánua*, espécie de relatório em latim que anualmente (como o nome sugere) a província mandava ao Geral da Companhia, primeiro documento escrito por Vieira, dando contas da invasão Holandesa a Bahia, em maio de 1624. Segundo Cidade (1940: 46), foi “o modo como ele [Vieira] fez notar seu interesse pela coisa pública” que lhe rendeu o convite a vir a Portugal. Certamente a maestria com que descreveu as invasões Holandesas contra o Brasil (que foi acometido de uma segunda invasão, desta feita em 1630, na Capitania de Pernambuco), contribuiu para tal convite.

Estas eram as palavras que a sociedade lusitana queria ouvir. “Além de glorificar o Rei, apontava de forma profética que o melhor ainda estava por vir” (BULCÃO, 2008, p. 62). Este e os outros sermões que proferiu em tom patriótico deram a Vieira a fama que o consagrou durante muito tempo na Corte e que lhe deu ampla liberdade nos negócios reais. Era frequentador assíduo do Paço, e seus sermões atraíam uma multidão, lotando as igrejas. Mas muita fama lhe angariou também uma série de desafetos.

No entanto, a saúde financeira lusitana não estava nada bem. Além disso, eram necessárias medidas urgentes “para a manutenção da independência de Portugal e a consolidação de D. João IV no trono” (MAGALHÃES, 2006, p. 79). A instabilidade financeira de Portugal colocava em risco tanto a manutenção do monarca no trono, como também impossibilitava as demais nações europeias de realizarem alianças com o Reino lusitano, temendo sua fragilidade. Nesse contexto Vieira apresentou um de seus planos para sanar essa ferida⁵: a universalização dos impostos, suavizando a carga que recaía somente sobre o povo. Segundo Vieira, todos deveriam contribuir para o bem maior do Reino português, a sua conservação. A proposta era de que os impostos fossem distribuídos igualmente entre a nobreza, o clero e o povo.

Nessa época, e em muitas outras de sua vida, uma das preocupações de Vieira era a questão dos cristãos-novos⁶ portugueses. Para eles, o jesuíta também tinha planos. A proposta era de obtenção de recursos para a manutenção da guerra contra a Espanha, “que devido à possibilidade de um acordo de paz com os Países Baixos, poderia voltar toda sua força contra Portugal” (MAGALHÃES, 2006, p. 83). Era necessário, então, convocar os judeus portugueses espalhados pelo mundo, por temerem as investidas do Santo Ofício contra si e contra seus bens, a retornarem a Portugal, pois seria esse capital que auxiliaria o reino em uma possível guerra contra Castela. Nesse sentido é que propôs a criação de duas Companhias de Comércio, aos moldes das dos Países Baixos, empresas que seriam criadas principalmente com esse capital. Para que as Companhias se tornassem realidade algumas medidas deveriam ser tomadas:

limitação do direito do fisco pela inquisição, pois causava embaraço nos investidores, que se ausentavam de Portugal e investiam seu dinheiro no estrangeiro, fortalecendo os inimigos; criação de um

⁵ A proposta de distribuição dos impostos a todas as camadas sociais está presente no *Sermão de Santo Antônio*, pregado em 14 de setembro de 1642, às vésperas da realização da reunião das Cortes que decidiriam sobre o aumento dos impostos (VIEIRA in PÉCORÁ, 2003).

⁶ Essa questão está expressa no *Sermão de São Roque*, proclamado no ano de 1644 (VIEIRA in PÉCORÁ, 2001).

banco, como o de Amsterdã; proibição de navegação de navios pequenos e mal artilhados, propondo o mínimo de 400 toneladas e 20 peças de artilharia; facilitar a comunicação e o comércio com as nações inimigas de Castela; nobilitar a profissão do comércio; abolir a distinção entre cristão-velho e cristão-novo e, finalmente, moderar e reformar os estilos da inquisição. (MAGALHÃES, 2006: 84)

Desnecessário é dizer que as propostas de Vieira de utilização, pelo Estado português, do capital judeu, “capital infiel”, foram paulatinamente lhe rendendo várias complicações, inclusive com o Santo Ofício. No entanto, o rei decidiu pela criação de pelo menos uma Companhia de Comércio (MELLO, 1998), a CGC, Companhia de Comércio do Brasil, em 1649. Seu equipamento contava com uma frota de 36 navios de guerra, formando duas esquadras que defenderiam os navios mercantes que fossem para a América, recebendo o exclusivo no fornecimento de vinhos, farinha, azeite e bacalhau, além da extração e transporte do pau-brasil. Segundo Varnhagen (1981), a Companhia de Comércio do Brasil pode ser considerada o motor para a manutenção e defesa das conquistas contra os Países Baixos, além de ter sido um dos elementos que possibilitaram a vitória final dos portugueses sobre os holandeses na Capitania de Pernambuco.

Essa é também a época em que Vieira atua como diplomata a serviço de Portugal nas diversas cortes da Europa. Esse foi um papel muito importante, dadas as condições políticas de Portugal que, por esse tempo, precisava restabelecer suas relações no continente, abaladas pela instabilidade financeira decorrente da guerra contra a Holanda. Mello (1998) indica que esse período para a corte lisboeta deve ser entendido como a tentativa de sua reinserção como nação soberana nas relações internacionais, buscando apoio de países como a França.

Nesse sentido, a proposta da vez era a da cessão da Capitania de Pernambuco aos Países Baixos. Este projeto de Vieira foi defendido no “Papel que fez o Padre António Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses”, escrito no ano de 1648. Este documento trazia uma proposta tão ousada para a época que foi chamado, pelo rei, de “Papel Forte”. Para o Padre era claro que seria impossível para Portugal resistir à marinha holandesa, uma das mais poderosas da época e, agora, ter de defender-se também de Castela. Para ele havia duas possibilidades para Portugal: a paz, com a reintegração da Capitania de Pernambuco, ou a guerra, sem ela. Como a guerra não era possível naquele momento, a cessão, para posterior retomada, quando a saúde financeira do Reino estivesse sanada, em troca de paz, era, de

qualquer modo, necessária. Portugal deveria ceder uma pequena parte de suas posses, garantindo, assim, a sua segurança (VIEIRA in NEVES, 2003).

Essa questão incitou grandes e infundáveis debates em Lisboa. Em oposição ao projeto de Vieira havia os que negavam qualquer renúncia ao território brasileiro preferindo a guerra à paz, apelidados por Vieira de “valentões” e representados por Duarte Ribeiro de Macedo. O projeto de paz com os neerlandeses não deu certo. A oposição do povo, influenciado pelos “valentões”, rendeu a Vieira e Sousa Coutinho, outro que defendeu a cessão do território, o título de “entreguistas”, sendo este o primeiro sinal de sua decadência na Corte. Sobre essa alcunha, Vieira escreve bem depois (1689) ao Conde de Ericeira que o “Papel Forte” fora redigido por ordem real e que sua intenção nunca fora de entregar Pernambuco (VIEIRA in AZEVEDO, 2009).

O que estamos querendo realçar até aqui é o papel de destaque que Vieira desempenhou durante os anos de guerra contra os Países Baixos. A essa altura já era bastante conhecido na Corte por atrair multidões às igrejas para ouvir os seus sermões, e também por se tornar conselheiro e diplomata a serviço do Rei em assuntos políticos no contexto internacional.

O início visível de seu declínio aconteceu exatamente após a publicação do “Papel Forte”, quando experimentou abertamente a oposição dos “valentões” e, aliado a isso, o fracasso das negociações em Haia, nas quais Francisco de Souza Coutinho⁷ era o embaixador juntamente com Vieira, agravou este quadro de queda da sua imagem. Esses fatores, juntos, levaram-no a seguir novamente para a província do Brasil, onde, em 1652, iniciou uma nova vida nas missões do Maranhão. Vieira saiu de cena das cortes reais e empreendeu uma nova etapa em sua vida, desta feita como missionário.

Podemos inferir, inclusive, que sua volta ao Brasil decorreu do malogro nas questões políticas que giravam em torno da Coroa portuguesa nos anos 40 do século XVII, impulsionado pela oposição inflamada na Corte, que incitou a população a dar-lhe o título de “Judas do Brasil”, referindo-se aos seus planos de cessão de Pernambuco.

No Estado do Maranhão e Grão-Pará, Vieira estava fora do circuito real, saía de cena para administrar a missionação dos indígenas daquelas terras, onde a organização colonial

⁷ Um dos principais embaixadores de D. João IV. Junto com Vieira, esteve à frente das negociações com os Países Baixos após a Restauração.

portuguesa ainda engatinhava. Claro, faz-se necessário destacar nesse momento que o Maranhão que desejamos realçar é o território onde Vieira empreendeu suas missões de catequização, notadamente São Luís e seu entorno. Estamos falando, portanto, sobre o Maranhão de Vieira, localizado na fronteira com o Estado do Brasil⁸. Nosso rastreamento dos caminhos trilhados por ele será feito a partir da análise de alguns dos seus sermões⁹, com o objetivo de perceber a imagem sobre os indígenas por ele construída. Esse debate, no entanto, não será feito aqui, pois, nesse momento, nosso objetivo é demonstrar a modificação no tipo de atuação de Vieira junto à Coroa portuguesa, a serviço do seu Rei, depois que deixa a Corte.

Logo que chegou ao Maranhão, nos primeiros dias do ano de 1653, o padre Vieira identificou a questão central que envolvia os indígenas daquelas terras. A correspondência da época nos indica a sua preocupação com relação à questão do cativo de índios pelos colonos locais:

O desamparo e necessidade espiritual que aqui se padece é verdadeiramente extremo; porque os gentios e os cristãos todos vivem quase em igual cegueira, por falta de cultura e doutrina, não havendo quem catequize nem administre sacramentos: havendo, porém, quem cative e quem tire, e, o que é pior, quem o aprove; com que portugueses e índios todos se vão ao Inferno (VIEIRA *apud* AZEVEDO, 2008, p. 233)

Esse era o início de grandes conflitos entre o poder secular e a tentativa de implantação de uma política cultural junto aos indígenas pelos religiosos da Companhia de Jesus, tendo como seu superior o padre Vieira. As questões que envolveram a disputa entre os colonos locais e os missionários jesuítas estão expressas na vasta correspondência da época enviada por Vieira aos seus amigos na Corte, ao próprio Rei, e também aos seus superiores da Companhia. Além das epístolas, os sermões da década de 50 do século XVII são elucidativos sobre essa questão, pois demonstram a evolução dos conflitos, levando, inclusive, à futura expulsão de Vieira das missões do Maranhão.

Sobre esses últimos é que nos deteremos mais demoradamente para tentar demonstrar como nosso jesuíta utilizava a palavra falada em forma de sermão, buscando atrair para si a

⁸ Os sermões elencados são os seguintes: *Quinta Dominga da Quaresma* (1654), *Sexagésima* (1655), *Primeira Oitava da Páscoa* (1656), *Espírito Santo* (1657) e *Epifania* (1662) (VIEIRA in PÉCORA (org.), 2000 e 2001).

⁹ A divisão administrativa portuguesa, estabelecida em 1621, instituiu que o Brasil seria dividido em dois estados, Estado do Maranhão e Estado do Brasil. O primeiro abrangia Pará, Maranhão e Ceará, com sede em São Luís, sendo que todo território ao sul em relação do Maranhão fazia parte do Estado do Brasil. A política colonial de reunificação pombalina aboliu essa divisão, transferindo, ao mesmo tempo, a capital do Brasil para o Rio de Janeiro, em 1763. Mais detalhes podem ser consultados em Corrêa (2008) disponível em http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_6/helidacy_st6.pdf, acesso em 28/06/2011.

atenção da Corte sobre a importância da atividade que empreendeu no Maranhão. Nossa hipótese é a de que o indígena é o meio e não o fim do trabalho do jesuíta, ou seja, o indígena é a porta pela qual Vieira desejava entrar para ter novamente o prestígio do qual não mais goza junto ao Rei.

O diagnóstico inicial que Vieira fez do Maranhão está presente no *Sermão da Quinta Dominga da Quaresma*, pregado na Igreja Maior, em São Luís, em 1654. Neste Sermão, chegou à conclusão de que, naquele Estado, não havia verdade, tudo era intriga, tudo era mentira. A mentira teria origem no ócio que animava as mentes à imaginação. Até mesmo as constantes mudanças climáticas se constituíam em fator positivo para as conclusões a que Vieira chegou em relação a essas terras, feitas de mentiras, onde até mesmo o clima engana. Os indígenas são caracterizados como seus perfeitos representantes, inclinados ao ócio e mentirosos. Nas próprias palavras do padre, “não há gente mais mentirosa nem mais preguiçosa no mundo. Deitados na sua rede...” (VIEIRA in PÉCORA, 2000, p. 521).

Vieira chegou ao Maranhão como Geral dos Jesuítas. Estava, por isso, numa posição que lhe garantia grandes poderes no que diz respeito ao trato com os naturais. Mas o caso é que, nesta província, todas as atividades econômicas¹⁰ utilizavam o braço indígena, pois “à falta do negro da África, substituiu-se uma escravidão por outra, igualmente copiosa” (AZEVEDO, 2008: 255) e, portanto, não tardou muito até que o padre identificasse o motivo de tantas aldeias terem sido destruídas pelos colonos locais, ávidos pela utilização da força de trabalho indígena em suas lavouras. O risco do extermínio dessas populações era uma preocupação constante para o jesuíta. A falta de religiosos para administração dos sacramentos fazia com que muitos indígenas padecessem sem confissão, e este dano, segundo Vieira, era ocasionado pela cobiça dos colonos, que viam nos jesuítas um empecilho para a continuidade do recrutamento, através de guerra justa ou não, da mão-de-obra indígena.

Para Vieira a questão da morte sem confissão só seria resolvida com o envio de mais religiosos. Para a segunda e mais importante questão, que inclusive lhe angariou uma série de desafetos e, mais tarde, sua expulsão junto com outros companheiros da Companhia das terras dos Maranhão, o quesito cativo indígena, as soluções foram bem mais amargas para os colonos: “a primeira sugestão era a declaração imediata da liberdade dos cativos e o fechamento dos sertões aos caçadores de índios.” (BULCÃO, 2008: 128).

¹⁰ Segundo Bulcão (2008: 124), a economia do Maranhão era baseada na cana-de-açúcar, no arroz, no algodão e no tabaco, sem contar com os produtos conhecidos genericamente como “drogas do sertão”, como cacau, cravo, baunilha, gergelim, canela, castanha, salsaparrilha, tartaruga e seus ovos e o peixe-boi.

No que diz respeito à reação da sociedade maranhense em relação à tentativa de implantação da nova política indigenista, cunhada pelas mãos do monarca, através de um *Diploma* que mandava libertar todos os “índios” cativos, é o próprio Vieira quem nos responde, mais uma vez, através do jogo retórico que, com maestria, proclamava, via púlpito¹¹. Essa fala de Vieira deve ser considerada como o resultado de um acordo feito com o capitão-mor do Maranhão, na tentativa de encontrar uma saída para os protestos dos colonos contra os novos procedimentos para o trato com o indígena a partir de então.

Na primeira domingo da quaresma de 1653, no dia das tentações do demônio e, também, das vitórias de Cristo, Vieira subiu ao púlpito para falar aos ouvintes sobre a terceira tentação de Cristo¹², querendo demonstrar à sociedade maranhense que não se pode ganhar o mundo inteiro e perder a alma¹³, o bem maior de todo ser humano. Vieira se referiu, nesse momento, ao que ele considerava um pecado mortal, especialmente em se tratando de Maranhão, manter índios cativos, o que, segundo o padre, levaria à condenação eterna. Mas o jesuíta deu soluções, propondo que os indígenas fossem todos libertos, menos os que optassem por continuar a servir os antigos donos; que os recém libertos devessem ficar nas “aldeias d’el Rei” (as missões jesuíticas), onde viveriam livremente apenas com a obrigação de servir à casa de um morador seis meses ao ano, mediante pagamento em pano de algodão e, finalmente, que as entradas no sertão poderiam ser feitas regularmente, desde que apenas se tomassem por escravos os “índios” “em corda”¹⁴, ou comprados deles sem violência¹⁵.

O sermão foi implacável. A ameaça do fogo de inferno empregada por Vieira no dia das tentações atingiu resultados instantâneos sobre os ouvintes, garantiu a liberdade dos escravos já decretada pelo Rei ainda quando o missionário estava à bordo, velejando para o Brasil. Contudo, passado o impacto das palavras, a falta de serviços no cotidiano, vencia o medo e os colonos, ciosos de seus “direitos”, retomaram as práticas censuradas pelo jesuíta.

¹¹ Estamos nos referindo, nesse momento, ao *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, pregado na cidade de São Luís, em 1653.

¹² “Três foram as tentações com que o demônio hoje acometeu a Cristo: na primeira ofereceu: na segunda aconselhou: na terceira pediu. Na primeira ofereceu: *Die ut lapides isti panes fiant*: que fizesse das pedras pão; na segunda aconselhou: *Mitte te deorsun*: que se deitasse aquela torre abaixo; na terceira pediu: *Si cadens adoraveris me*: que caído o adorasse. Vede que ofertas, vede que conselhos, vede que petições! Oferece pedras, aconselha precipícios, pede caídas.” (VIEIRA in PÉCORA (org.) 2001: 453). Cf. S. Mateus 4:9 “E disse-lhe [o demônio]: tudo isso te darei, se, prostrado, me adorares.”

¹³ Cf. S. Mateus 16:26 “Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder a sua alma? Ou que dará o homem em recompensa da sua alma?”

¹⁴ Indígenas que já estavam presos ou prestes a serem mortos por tribos inimigas em rituais de antropofagia.

¹⁵ Essas propostas, de administração dos “negócios indígenas” aos moradores do Maranhão, foram expressas no sermão ao qual estamos nos reportando nessa parte do trabalho.

Era de se esperar que as ações dos jesuítas no Maranhão não os agradassem. Vieira sabia, inclusive, que as questões que envolveram os povos indígenas não seriam resolvidas com aqueles, especialmente quando falamos da questão do cativo indígena. Seria necessária, então, uma decisão real, pois, “o que todos os jesuítas queriam, era a liberdade dos índios, com isenção da autoridade civil e sujeição incondicional aos missionários” (AZEVEDO, 2008, p. 259). E essa era uma proposta que feria interesses e costumes. Decidiu, então, abrir o debate sobre a questão dos índios pessoalmente, na Corte Lisboa. Três dias antes de partir, porém, seu alvo é, mais uma vez, a sociedade maranhense nas palavras do sermão de *Santo Antônio*, o famoso Sermão dos Peixes¹⁶.

Os projetos de Vieira para os povos indígenas, se já eram frágeis pelos constantes conflitos que ocorreram em torno deste tema, ficaram ainda mais frágeis quando, em 1656, morreu D. João IV. A morte do Rei frustrou os planos de Bandarra¹⁷, decepcionando seus seguidores. Vieira se viu intimado a rever suas interpretações escrevendo, às margens das águas do rio Amazonas, o “Esperanças de Portugal – o Quinto Império do mundo: primeira e segunda vidas do rei dom João IV”. Vieira e a missão do Maranhão e Grão-Pará perderam um importante aliado, e Portugal perdeu o encoberto, aquele que libertaria o reino através da construção do Quinto Império. Como se não bastasse, o prestígio do jesuíta entre os colonos ia

¹⁶ O *Sermão de Santo Antônio*, bastante conhecido como *Sermão de Santo Antônio aos peixes*, também pregado em São Luís do Maranhão, no ano de 1654, é um dos sermões mais alegóricos que Vieira escreve. Nele o autor fala aos colonos locais, no primeiro momento do sermão, utilizando a alegoria de várias espécies de peixes, como a rêmora, o torpedão, o quatro-olhos e sardinha, para realçar as qualidades da humanidade através das propriedades/funções desses peixes. Num segundo momento, quando procura combater os defeitos dos ouvintes, utiliza a alegoria de outros animais marinhos como os roncadores, os pegadores, os voadores e, por fim, os polvos. O alvo de Vieira neste sermão são os colonos, por ocasião dos desmandos em relação ao cativo indígena. Este sermão, assim como todos os outros citados neste trabalho, poderá ser consultado a partir da seleção organizada por Alcir Pécora (2003).

¹⁷ Antônio Gonçalves Annes Bandarra ou Gonçalo Anes Bandarra (1500-1556). Sapateiro de Trancoso, de ascendência judaica, divulgava profecias de caráter messiânico, ancorado nas escrituras do Antigo Testamento, interpretando-as livremente. Isto lhe rendeu a acusação perante a Inquisição de judaísmo tendo suas obras indexadas no Catálogo de Livros Proibidos, o *Index Librorum Prohibitorum*, criado no Concílio de Trento (1545-1563) com o objetivo inicial de reagir contra o avanço do protestantismo. A obra de Bandarra, intitulada *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra*, foi interpretada como uma profecia onde o rei D. Sebastião, “desaparecido” na batalha de Alcácer-Quibir, em agosto de 1578, retornaria. Essa obra foi editada em 1815 e saiu com um novo título *Trovas Inéditas do Bandarra*, e, entre 1822 e 1823, sai mais uma edição com o título *Verdade e Complemento das Profecias*. As proposições messiânicas de Bandarra influenciaram o pensamento sebastianista e messiânico do Padre Antônio Vieira e também de Fernando Pessoa. Os pontos fundamentais da profecia bandarrista são: 1) O Quinto Império, 2) A ida e regresso do Encoberto e 3) Os destinos de Portugal. Um estudo sobre as Trovas de Bandarra pode ser encontrado em: BESSELAAR, J. van den. As Trovas do Bandarra. In: *Revista ICALP*, vol. 4, Março de 1986, pgs., 14-30. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/revistas/revistaicalp/bandarra.pdf> acesso em 08/11/2010. O milenarismo vieirino é expresso em *História do Futuro* (1998, Ed. Fac-símile de: Lisboa Occidental: Antônio Pedrozo Galram, 1718), onde o autor coloca seus planos para o futuro do Brasil, local onde se realizaria o Quinto Império.

de mal a pior e, longe das conspirações da Corte, o padre António não podia muito, ou podia quase nada.

Os empecilhos à efetiva conversão dos indígenas não estavam centrados somente nas questões que envolviam o trato destes por parte dos colonos locais. Para Vieira, havia ainda a qualidade dos indígenas, a natureza dessa gente. Em 1657, Vieira relatou e proclamou em Sermão¹⁸ o pensamento da Companhia de Jesus e dos portugueses sobre os povos indígenas. Este sermão traz todas as dificuldades que a missão jesuítica encontrou para catequização dos povos nativos. O padre António nos diz que os indígenas do Brasil eram o povo mais incrédulo do mundo. Aceitavam a palavra de Deus com alegria e sem réplicas, mas logo se esqueciam dos ensinamentos e voltavam ao seu modo de vida anterior. Vieira chamava esse tipo de fé de “fé incrédula”, “uma fé que parece incredulidade e uma incredulidade que parece fé” (VIEIRA in PÉCORÁ, 2000, p. 423).

Sobre as questões levantadas por Vieira no *Sermão do Espírito Santo*, no que diz respeito à qualidade dos indígenas e sua natureza, que Castro (2002) chama de “inconstância da alma selvagem”, não nos deteremos nesse trabalho. Queremos, sobretudo, realçar a experiência de vida do padre Vieira, notadamente nas décadas de 40 e 50 do século XVII, para perceber a sua atuação dentro do contexto histórico da época.

De conselheiro real e diplomata, Vieira seguiu como missionário no Estado do Maranhão, fronteira do Brasil. A mudança de posição se deveu ao malogro de sua atuação diplomática. O exercício missionário de nossa personagem no Maranhão e Grão-Pará, para nós, correspondeu a um período em que o jesuíta tentou obter novamente o prestígio que um dia teve na Corte Real portuguesa. Essa é uma questão que está em análise, os resultados obtidos são, portanto, parciais.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

VIEIRA, António. Proposta feita a El-rei D. João IV em que se lhe representa o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por

¹⁸ *Sermão do Espírito Santo* (1657), pregado na Igreja da Companhia de Jesus em São Luís.

diversas partes da Europa. In: PÉCORA, Alcir (org.) **Escritos Históricos e Políticos**. 2ed. São Paulo, Martins fontes, 2002.

_____. Papel que fez o Padre António Vieira em favor da entrega de Pernambuco aos holandeses. In: NEVES, Luís Felipe Baêta. **Terrena Cidade Celeste: Imaginação social jesuítica e Inquisição**. Coleção Brasilis. Rio de Janeiro, Atlântica, 2003.

_____. Sermão dos Bons Anos. In: PÉCORA, Alcir (org.) **Sermões**. Tomo II. São Paulo, Hedra, 2001.

_____. Sermão da Primeira Dominga da Quaresma. In: PÉCORA, Alcir (org.) **Sermões**. Tomo II. São Paulo, Hedra, 2001.

_____. Sermão do Espírito Santo. In: PÉCORA, Alcir (org.) **Sermões**. Tomo I. São Paulo, Hedra, 2000.

_____. Sermão da Quinta Dominga da Quaresma. In: PÉCORA, Alcir (org.) **Sermões**. Tomo I. São Paulo, Hedra, 2000.

_____. Carta LX Ao Príncipe D. Teodósio (25 de janeiro de 1653). In: AZEVEDO, João Lúcio de. **Cartas**. v.I. São Paulo Globo, 2008.

_____. Carta CCXXX – Ao conde de Ericeira. In: AZEVEDO, João Lúcio de (org.). **Cartas**. v.III. São Paulo, Globo, 2009.

_____. **Historia do Futuro**: livro antepimeyro prologomeno a toda história do futuro em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém, SECULT/IOE/PRODEPA, 1998. Edição Fac-símile de: Lisboa Occidental: António Pedrozo Galram, 1718.

Bibliografia

AZEVEDO, João Lúcio de. **História de Antônio Vieira**. 2 Tomos. São Paulo, Alameda, 2008.

BULCÃO, Clóvis. **Padre Antônio Vieira: Um esboço biográfico**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2008.

CARDOZO, Alíro Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)**. Campinas, São Paulo, 2002.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620**. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, Edusc, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem** e outros ensaios de antropologia São Paulo, Cosac e Naiff, 2002.

CIDADE, Hernâni. **Padre Antônio Vieira**. Coleção A Obra e o Homem. São Paulo, Arcádia, 1940.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. Antigo Regime, império português e governança no Maranhão e Grão-Pará. In: **Mneme – Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

COSTA, Paulo Eduardo da Silva. **Do Sensível ao Inteligível: O Auto de São Lourenço**. Dissertação (Mestrado) – UFPB. João Pessoa, 2007.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. **A Legitimidade da restauração portuguesa a partir do discurso do Padre Antônio Vieira (1641-1661)**. Curitiba, Aos quatro ventos, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**. Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Unicamp, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. v.I. Tomos I e II., 10ed, São Paulo, Itatiaia, 1981.